

GEOCACHING: uma nova forma de ver o mundo

INTRODUÇÃO

O *Geocaching* é uma actividade de ar livre que envolve a utilização de um receptor de GPS - *Global Positioning System* (Sistema de Posicionamento Global) - para encontrar uma "Geocache" (ou simplesmente "cache"), colocada em qualquer local do mundo.

Os receptores de GPS, correctamente designados por GPSr (fig. 1), utilizam algoritmos matemáticos para obter a posição (latitude, longitude e altitude).

Uma "cache" é uma pequena caixa (fig. 2), hermeticamente fechada e à prova de água, que contém, normalmente, um livro de registo e alguns objectos para troca, como por exemplo, canetas, porta-chaves, moedas, bonecos, etc.

MODO DE FUNCIONAMENTO

Numa "cache" tradicional, um *Geocacher*, termo usado para quem participa nesta actividade lúdica, coloca um livro de registos, caneta ou lápis e os pequenos tesouros, num saco à prova de água e depois regista as coordenadas (latitude e longitude) da "cache". Estas, em conjunto com outra informação sobre o local do esconderijo, são publicadas na página oficial do *Geocaching*. Os outros *geocachers*, os descobridores, lêem essa página e, com receptores GPSr, vão tentar descobri-la. Depois de a descobrirem, registam o achado na página da cache. Os *geocachers* são livres de trocar os objectos da "cache", normalmente de pequeno valor.

Algumas "caches" contêm "Trackables" (objectos rastreáveis), que podem ser "Travel Bugs" (fig. 3) ou "Geocoins" (fig. 4). Estes objectos percorrem várias "caches", de acordo com o objectivo inicialmente estipulado. Os percursos são registados online, através dos identificadores associados.

HISTÓRIA DO "GEOCACHING"

A actividade de "Geocaching" tornou-se possível devido ao fim da imposição da degradação do sinal do sistema GPS, pelos Estados Unidos, denominado *Selective Availability*, a 1 de Maio de 2000.

A primeira "cache" colocada com o auxílio de GPS, ocorreu a 3 de Maio de 2000, por *Dave Ulmer*, um analista de computadores, que queria testar a precisão do GPS.

Rapidamente a ideia de colocar uma cache num local, passou de um mero teste de precisão do GPSr para colocar as "caches" em locais de interesse, quer cultural, ambiental ou apenas recreativo. Por exemplo, podem-se encontrar "caches" na Fortaleza de Valença, na Catedral de Tui, em Vila Nova de Cerveira, etc. (estas são apenas



Tiago Pinho (*)

algumas das que se podem encontrar nos arredores).

DADOS ACTUAIS

A 25 de Novembro de 2009, existiam cerca de 945 mil "caches" activas a nível



Fig. 1- Exemplo de um GPSr



Fig. 2- Exemplo de uma Geocache



Fig. 4 - Exemplo da geocoin "Geocaching in Portugal since 2001"



Fig. 5 - CITO - Cache In Trash Out

mundial, de acordo com a página web oficial: www.geocaching.com. Em Portugal existem cerca de 5700 "caches". O distrito de Viana do Castelo possui cerca de 240 "caches" e nos arredores de Valença existem 14 "caches". Pode-se referir que, existem mais de 6 mil "geocachers" registados em Portugal.

O endereço português correspondente é www.geocaching-pt.net, no qual é possível obter estatísticas sobre as "caches", os

"geocachers", as últimas novidades e actividades em Portugal.

GEOCACHING É UM DESPORTO?

Muita gente, incluindo os *geocachers*, tem dúvidas em classificar o "Geocaching". Existem várias interpretações: desporto, caça, jogo, actividade ou apenas uma razão para dar uns passeios. O certo é que o "Geocaching" pode obrigar a um esforço físico significativo, dependendo da localização da "cache" e do seu grau de dificuldade, exigindo, por vezes, equipamento especial (material técnico de escalada, por exemplo).

É possível encontrar "caches" escondidas em parques públicos, em monumentos, nas montanhas, nos desertos e mesmo na Antárctida!

GEOCACHING E O AMBIENTE

Uma das características



Fig. 3- Exemplo de um Travel Bug - O apontador



que diferencia o "Geocaching" de outras actividades é o esforço feito no sentido de preservar a natureza e criar consciência ambiental.

Para tal, é normalmente pedido aos utilizadores que removam lixo das áreas onde praticam "Geocaching" ("Cache In, Trash Out" - CITO - fig. 5) e que assegurem que o espaço circundante fique em melhor estado do que quando o encontraram ("Leave No Trace" - LNT, "Take Nothing But Photos" - TNBF, "Leave Nothing But Footsteps" - LNBF).

(*) Doutorando em Investigação Operacional, especialização em Logística
Prof. Coord. Lic. em Distribuição e Logística e do Mestrado em Logística
Escola Superior Ciências Empresariais do IPVC

CONTABILIDADE: a grande mudança

Após tantos anos de vigência, assumindo um papel fundamental no sistema português da Contabilidade, o Plano Oficial de Contabilidade (POC) vinha a revelar, a um certo tempo a esta parte, algumas carências que o tornavam obsoleto no parecer de um número cada vez maior de entidades, nomeadamente aquelas que apresentavam exigências qualitativas mais elevadas no que se refere ao relato financeiro.

O POC precisava de ser revisto tecnicamente, desde os seus aspectos conceptuais aos seus critérios de reconhecimento e mensuração e ao conceito de resultados, até à sua relação com os modelos das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Os princípios contabilísticos seguidos em Portugal datam já de há mais de um quarto de século (1977) e estão, em muitos pontos, inadaptados à evolução da actividade das empresas.

A adesão de Portugal à União Europeia, em 1986, implicou, relativamente às matérias contabilísticas, a obrigatoriedade de ajustamentos no âmbito dos nossos normativos à 4ª Directiva, o que levou à publicação, em 1989, do Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de Novembro que procedeu a diversos ajustamentos e melhorias ao POC de 1977. Outros ajustamentos ao POC se seguiram. Surge, finalmente, a grande mudança com o novo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), publicado no Diário da República n.º 133, Série I de 13 de Julho, através do Dec-Lei n.º 158/2009.

A globalização do mundo dos negócios exigiu naturalmente a homogeneização do processo de trabalho. Profundas alterações ocorridas nos últimos anos, na conjuntura económica e financeira, traduzem-se designadamente pela concentração de actividades empresariais a nível nacional, europeu e mundial; desenvolvimento de grandes espaços económicos - União Europeia, Nafta, Mercosul, Sudoeste Asiático; regionalização e globalização dos mercados financeiros e das bolsas de valores; liberalização do comércio e globalização da economia; internacionalização das empresas, criação de subsidiárias, fusões, aquisições, empreendimentos conjuntos e alianças estratégicas.

O ano de 2010 ficará como um marco histórico na Contabilidade. Com a entrada em vigor, a 1 de Janeiro próximo, do novo Sistema de Normalização Contabilística, as empresas passarão a dispor de um sistema de normalização contabilística



Fátima Araújo (*)

de acordo com as exigências da Comissão Europeia que nos colocará ao nível do que acontece na União Europeia e no resto do mundo, já que estas normas são "decalgadas" das emitidas pelo *International Accounting Standards Board*.

Este novo sistema não ignora contudo as características e necessidades específicas do tecido empresarial português, mas implica uma alteração da mentalidade no que se refere ao relato financeiro e à própria contabilidade. O objectivo é melhorar a qua-

Está prevista uma norma específica para as pequenas empresas, denominada "Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades", isto é, para aquelas cuja dimensão não ultrapasse dois dos três limites seguintes: a) total do balanço: □ 500 000; b) total de vendas líquidas e outros rendimentos: □ 1 000 000; número de trabalhadores empregados em média durante o exercício: 20.

O SNC prevê ainda a dispensa de aplicação para pessoas que, exercendo a título individual qualquer actividade comercial, industrial ou agrícola, não realizem, na média dos últimos três anos, um volume de negócios superior a □ 150 000.

O impacto do SNC não se fará unicamente a nível contabilístico, mas reflectir-se-á igualmente no planeamento organizacional, no sistema de informação e respectivas operações. A nível micro,



lidade do relato financeiro em termos de comparabilidade e transparência das informações, colmatando as lacunas existentes. A quem respeita a aplicação das novas normas?

O SNC é de aplicação obrigatória para as seguintes entidades: Sociedades abrangidas pelo Código das Sociedades Comerciais; Empresas individuais reguladas pelo Código Comercial; Estabelecimentos Individuais de Responsabilidade Limitada; Empresas públicas e cooperativas; Agrupamentos complementares de empresas e agrupamentos europeus de interesse económico; outras entidades que, por legislação específica, se encontrem sujeitas ao Plano Oficial de Contabilidade ou venham a estar sujeitas ao SNC.

resultará certamente num efeito significativo a nível macro. Será, em resumo, uma mudança nas áreas contabilística e financeira que, ao afectar a empresa como um todo irá influenciar a actividade económica em geral.

A nível do ensino, está já a ser praticada a formação de acordo com o novo Sistema de Normalização Contabilística, em oportuna antecipação à entrada em vigor das novas normas, de modo a preparar os profissionais de amanhã para a grande mudança anunciada.

(*) Doutoranda em Ciências Económicas e Empresariais
Docente de Contabilidade na Escola Superior de Ciências Empresariais (Valença), do IPVC